

## O debate em torno da questão agrária (1950-1960): o PCB e Caio Prado

Júnior\*.

Otávio Erbereli Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** o presente artigo promove uma reflexão acerca da questão agrária no Brasil, privilegiando os anos 50 e 60 do século passado, em torno das visões do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de alguns de seus intelectuais, como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. Caio Prado Júnior é apresentado como autor que faz um contraponto a estas visões supracitadas.

*Palavras-chave:* Questão Agrária; PCB; Alberto Passos Guimarães; Nelson Werneck Sodré; Caio Prado Júnior.

**Abstract:** this article promotes a reflection on agrarian question in Brazil, especially between the 50's and 60's of the last century, in turning of Brazilian Communist Party's (BCP) vision and some of yours intellectuals like Alberto Passos Guimarães and Nelson Werneck Sodré. Caio Prado Júnior is presented as the author that makes a counterview of these authors.

*Keywords:* Agrarian Question; BCP; Alberto Passos Guimarães; Nelson Werneck Sodré; Caio Prado Júnior.

### Introdução

Nosso intento no presente artigo é expor o debate em torno da questão agrária no Brasil a partir das concepções do Partido Comunista Brasileiro (doravante no presente artigo PCB), Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior. Por trás das concepções destes autores está a compreensão que fazem da realidade econômica e social brasileira a partir da apropriação da teoria marxista da História em relação ao Brasil Colonial.

Sabemos que nos últimos anos as interpretações acerca do Brasil Colonial têm ganhado novas contribuições e revisões, principalmente com os historiadores cariocas, notadamente João Fragoso e Manolo Florentino<sup>2</sup>, que ressaltam o papel do mercado interno na dinâmica colonial, em detrimento da tradicional interpretação que vincula a dinâmica

---

\* Artigo submetido em 08 de maio/2012 e aprovado em 27 de julho/2012.

<sup>1</sup> Economista (Unesp), especialista em História Econômica (UEM) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade (Unesp - Assis). E-mail: oerberelijr@gmail.com

<sup>2</sup> Os inspiradores destes estudos foram Maria Yedda Linhares com seus estudos sobre a história da agricultura e do abastecimento; Ciro Flamarion Santana Cardoso com seus trabalhos sobre a dinâmica interna do mercado colonial, especialmente acerca da brecha camponesa na economia escravista; e os estudos de Kátia de Queiroz Mattoso sobre a Bahia. O trabalho mais conhecido de João Fragoso e Manolo Florentino é seu livro conjunto intitulado *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedades Agrárias e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*.

econômica colonial ao mercado externo e a uma visão de constituição da Colônia como indutora do processo de industrialização europeu.

Por isso, a interpretação caiopradiana foi posta em xeque e bastante questionada, tendo em vista as conclusões destes estudos. Contudo, resgatar interpretações mais gerais de nosso processo colonial, nos permite obter uma visão geral deste processo, característico dos grandes ensaístas que marcaram os estudos brasileiros a partir da década de 1930, além de podermos compreender o posicionamento político de alguns grupos, bem como as raízes de posicionamentos políticos contemporâneos, que ainda influenciam o debate nacional.

Neste sentido, nos centraremos nas interpretações mais gerais acerca da problemática da colonização brasileira, bem como de seus resquícios, caros aos debates dos anos 1950 e 1960, sem, obviamente, ignorarmos a importância que os estudos desenvolvidos principalmente por historiadores do RJ trouxeram para a compreensão de dinâmicas regionais.

Na primeira parte de nosso estudo, traçamos a trajetória do PCB no tempo, desde sua fundação até os anos 1960, demarcando os principais pontos de debate quanto à questão agrária, imperialismo e industrialização. Na segunda parte, expomos a visão de dois intelectuais vinculados ao Partido: Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré. Na parte seguinte, expomos a postura de Caio Prado Júnior frente às proposições e análises do Partido, destacando as diferenças em termos de apropriação da teoria marxista da História. Por fim, na última seção, esboçamos algumas reflexões em nível de conclusão.

### **Algumas posições do PCB<sup>3</sup>**

Desde sua fundação em 1922 até 1926, o PCB encarregou-se de divulgar no Brasil informações acerca da Revolução Russa, combater o anarquismo e proporcionar a seus quadros uma formação marxista-leninista, bem como divulgar os documentos da Internacional Comunista. A vinculação com o Partido Comunista Soviética (PCUS) é bastante estreita, dado que vários dirigentes do PCB eram enviados à Moscou a fim de participarem de Congressos e Escolas de formação.

---

<sup>3</sup> Ver: RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. tomo III, v.10. e VINHAS, Moisés. *O Partidão*. A Luta por um Partido de Massas: 1922-74. São Paulo: Hucitec, 1982. Especificamente acerca da questão agrária: PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

Em 1927 o PCB conhece sua primeira dissidência. Dois dirigentes, Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, discordavam da atuação do Partido no meio sindical, argumentando que o mesmo se utilizava dos sindicatos para sua autopromoção política. A oposição também se manifestava no sentido de ser contrária à proposta de união com membros da Coluna Prestes. Após carta aberta apoiada por Pimenta, Barbosa retirou-se do Partido, levando consigo 40 membros de sua célula<sup>4</sup>. A posição do Partido quanto à questão foi bem clara: tratou-se de um desvio pequeno-burguês e aqueles que quisessem retornar deveriam reconhecer que seu ato tratou-se de uma deserção criminosa.

O ano de 1928 marca uma mudança na orientação do Partido, influenciada pelo VI Congresso da Internacional Comunista. A postura do PCB se radicaliza e os operários são elevados à categoria de verdadeiros representantes do proletariado, enquanto os intelectuais são rechaçados e acusados de burgueses. Contudo, a radicalização do Partido (obreirismo<sup>5</sup>) duraria pouco; até meados de 1935. Com o VII Congresso da Internacional Comunista, o Partido abandonaria esta orientação e abriria as portas para os militares, posto que Prestes havia se convertido ao comunismo. A postura quanto aos socialistas também foi revista, como resultado da vitória do nazismo em 1933 na Alemanha. Com a adesão de Prestes ao Partido, dos militares e da Aliança Nacional Libertadora (ANL<sup>6</sup>), o Partido se flexibiliza, tentando abarcar um maior número de classes; inclusive a classe média e os intelectuais. Este é um período de desproletarização – ao contrário da postura de 1928, marcadamente obreirista – do Partido. Mas a orientação do Partido quanto à realidade brasileira não muda, sendo ainda o Brasil caracterizado como uma economia semi-colonial e semi-feudal. Neste período o Partido passa por um grande crescimento de seus quadros<sup>7</sup>.

O diagnóstico do PCB para a economia brasileira dos anos 1920 e 1930 era a de que o Brasil era uma ex-colônia ainda submetida aos interesses imperialistas através de sua estrutura

---

<sup>4</sup> A alta rotatividade da cúpula do Partido pode ser explicada não somente pelas dissidências e prisões, mas principalmente pelo grande desgaste físico e emocional que a dedicação exclusiva ao Partido gerava. Ser dirigente do Partido era ser um verdadeiro sacerdote, no sentido de se resguardar de um convívio social fora do Partido e ter que se devotar inteiramente aos preceitos e “doutrinas” do Partido, manifestadas em seus estatutos.

<sup>5</sup> Termo utilizado no sentido de expressar a posição do Partido que dá destaque ao proletariado e procura colocar os operários em cargos de direção à fim de demarcar seu caráter operário.

<sup>6</sup> A ANL foi fundada em 1935 e logo posta na clandestinidade. Em Novembro de 1935 ocorre a Intentona Comunista apoiada por Moscou. Tal fato foi possível, dado que à época era mais fácil recrutar simpatizantes à luta armada nos quartéis do que nas fábricas. Com o malogro da Intentona, vários políticos do PCB foram cassados e militantes presos. A ANL significou a aliança entre a *intelligentsia* de esquerda com a oficialidade nacionalista.

<sup>7</sup> A formação social do Partido foi sempre, na sua grande maioria, constituída por membros das famílias tradicionais economicamente decadentes. Estas famílias viam nos cargos públicos e na política, uma forma de manutenção de seu *status quo*. A presença de operários no alto escalão do Partido somente se deu no período obreirista (1929 até meados de 1935), sendo que quem realmente dava as diretrizes era o grupo de intelectuais.

agrário-exportadora, tratando-se ainda de uma economia feudal ou semi-feudal. Tal diagnóstico foi baseado nas conclusões da III Internacional Comunista<sup>8</sup> acerca das colônias e ex-colônias e também na tentativa de transposição das idéias de Marx presentes na *Introdução à Crítica da Economia Política*<sup>9</sup>.

Em 1937, com a instauração do Estado Novo de Vargas, o PCB passa por uma nova cisão motivada por discussões quanto a quem seria o candidato à presidência da República. Ao lado disso, aumenta a perseguição política aos opositores do regime varguista. Contudo, durante a II Guerra, a perseguição se afrouxa e com o apoio de Vargas à URSS contra os regimes fascistas, o Partido é obrigado a rever sua posição em relação ao governo Vargas. Com a Conferência da Mantiqueira em 1943, o Partido reorganiza seus quadros e toma novo fôlego. A questão posta na Conferência manifestou-se em dois sentidos: unir forças para combater o nazismo e lutar pela anistia política dos presos pelo Estado Novo. Contudo, a questão da anistia subordinou-se ao apoio do PCB no combate ao nazismo, empreendido pelo Estado Novo.

Após o Estado Novo, o PCB adquire legalidade. O programa do Partido neste momento vê no imperialismo e na estrutura agrária de tipo feudal, os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e à democracia. Não se preocupa em combater a burguesia nacional, dado que acreditava que o país sofria mais por conta de seu atraso industrial do que com as agruras do capitalismo. Concebe que esta burguesia nacional luta contra o capital estrangeiro nas condições de um mercado interno atrofiado, que impede o surto industrial.

Com a cassação do Partido em 1947, há uma mudança de posicionamento no sentido de implementar a luta revolucionária em detrimento da via eleitoral e parlamentar de ação. “Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever ineludível de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução.” (PCB, 1950 *apud* CHACON, 1998: 360). Em 1950, com o *Manifesto de Agosto* escrito por Prestes, o Partido deixava clara sua nova linha de atuação. O

---

<sup>8</sup> A III Internacional foi muito influenciada pela análise de Lênin da Rússia czarista. “Na Rússia czarista, desde a segunda metade do século XIX, vinha ocorrendo um rápido processo de industrialização e urbanização, com o surgimento de uma burguesia, de uma classe média urbana e de um proletariado industrial, concentrados nas grandes cidades como Petrogrado e Moscou.” (MANTEGA, 1985: 138). Tais ideias foram expostas na célebre obra de Lênin intitulada *Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*.

<sup>9</sup> Ricardo Bielschowsky reitera a influência da III Internacional nos rumos do PCB. “Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas foram os principais intelectuais dessa linha de argumentação, que se fez presente na maioria dos documentos oficiais do PCB desde os anos 30, em observância à concepção da Terceira Internacional sobre as relações de produção nos países neocoloniais.” (BIELSCHOWSKY, 1995: 202).

diagnóstico quanto à atuação do capital estrangeiro e suas consequências para a economia brasileira foi o seguinte:

*As posições-chave da economia do país são dominadas pelos monopólios anglo-americanos, o comércio de nossos principais produtos de exportação está sob o controle de firmas norte-americanas, a indústria nacional, quando já não pertence aos monopólios ianques, está sob a constante ameaça de total aniquilamento e no próprio comércio interno avança o controle dos grandes consórcios e monopólios americanos. O petróleo continua sob a ameaça avassaladora da Standard Oil, que faz às escâncaras a mais despudorada campanha de suborno e corrupção. O ferro, o manganês, as areias monazíticas, os minérios radioativos já se encontram em poder dos monopólios ianques que saqueiam a nação. Simultaneamente, crescem de ano para ano os lucros das grandes empresas estrangeiras que, como a Light por exemplo, se apoderam de uma boa parte do valor ouro de nossas exportações para remeter para o estrangeiro o fruto do trabalho e da vida de nosso povo, brutalmente explorado. Sob os mais variados pretextos, grandes extensões do território nacional passam à propriedade dos magnatas ianques, como Rockefeller, ou são entregues pelo governo aos “especialistas” do imperialismo com direito de extraterritorialidade, como acontece no caso da Hiléia Amazônica. (PCB, 1950 apud CHACON, 1998: 354-355).*

Notamos pelo excerto acima, que o PCB identificava no capital estrangeiro, notadamente o norte-americano, a principal ferramenta de atuação do imperialismo. Podemos também depreender a postura nacionalista do Partido, no sentido de lutar pela nacionalização do petróleo, de nossas riquezas naturais, bem como dos serviços públicos. Ademais, a remessa de lucros não deve possuir caráter tão liberal, dado que se constitui em instrumento de transferência de mais-valia para o exterior. Deve-se sobretaxar a remessa de lucros. Percebemos também a preocupação do Partido quanto à nossa principal riqueza natural: a Amazônia, o que coloca o Partido na vanguarda das discussões acerca da proteção à Amazônia, assunto tão em voga em nossos dias. Desta forma a postura do PCB quanto ao capital estrangeiro é bem clara: deve-se nacionalizar todo o setor produtivo, bem como o setor de serviços, com ou sem indenização, dependendo do caso.

Além do imperialismo, vejamos quais são os outros fatores identificados pelo PCB em 1950, que se constituem em entrave ao desenvolvimento econômico e social do país.

*E desta forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional. (PCB, 1950 apud CHACON, 1998: 359).*

O latifúndio e a existência de relações feudais no campo impedem a consolidação do mercado interno à medida que os pagamentos *in natura*, por exemplo, diminuem o grau de monetização da economia e conseqüentemente a renda nacional. Tal configuração impede o pleno desenvolvimento das forças de industrialização, à medida que, para que se desenvolva plenamente, a indústria necessita de um sólido mercado interno a fim de ter garantida a demanda por seus bens. Desta forma, para que o problema do campo seja resolvido, o PCB combate principalmente a grande propriedade e luta pela distribuição de terras ao camponês na forma de pequenas propriedades, bem como pela eliminação dos resquícios feudais no campo que são identificados basicamente com os pagamentos *in natura*, com a obrigação de serviços junto ao dono da propriedade, bem como com o monopólio da compra em seu armazém e pela restrição dos direitos trabalhistas no campo:

*Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da “meia”, da “terça”, etc. abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários. (PCB, 1950 apud CHACON, 1998: 363).*

No ano de 1954, com o suicídio de Vargas, o Partido organiza o IV Congresso. A principal mudança é em relação ao capital nacional e estrangeiro, sendo que as outras diretrizes do documento de 50 são mantidas. O Programa de 1954 coloca que existem dois tipos de burguesia: uma vinculada aos interesses norte-americanos e subserviente ao imperialismo e aos latifundiários; outra, chamada de burguesia nacional, é aquela que luta pela industrialização e pela consolidação do mercado interno. É nesta que o Partido deve-se apoiar para levar adiante a revolução democrático-burguesa. “No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional.” (PCB, 1954 apud CARONE, 1982: 132). Em se tratando do capital estrangeiro, propugnavam o confisco das empresas norte-americanas, bem como dos capitalistas nacionais que se alinhassem ao capital norte-americano. Contudo, admitiam a participação do capital estrangeiro, se o mesmo fosse indutor do desenvolvimento econômico

nacional, principalmente através da industrialização<sup>10</sup>. Percebemos que a postura diante do capital nacional e estrangeiro sofre alteração e não possui caráter tão radical como em 1950, quando se propugnava pela nacionalização de todo setor produtivo, nacional ou estrangeiro.

A extinção do imperialismo estava condicionada ao aniquilamento do latifúndio através do confisco da terra dos latifundiários e sua posterior distribuição. Desta forma, a postura do Partido quanto ao latifúndio não se altera em relação ao Manifesto de 1950.

*Não é possível libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos sem liquidar simultaneamente a base econômica das forças sociais em que se apóiam sem liquidar os restos feudais e o monopólio da terra. O Programa do Partido reflete esta realidade e levanta a necessidade do confisco da terra dos latifundiários e sua entrega gratuita aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, assim como a abolição de todas as formas semifeudais de exploração. (idem: 130-31).*

Em 1956 com a divulgação do relatório Krushev, denunciando os crimes de Stalin, o PCB passa por outra cisão. As discussões sobre o PC soviético e o culto à personalidade de Stalin são abertas por alguns intelectuais do Partido, que propõe uma renovação do mesmo. O culto à personalidade de Prestes é analisado. A resposta de Prestes se manifesta no sentido de que se deve apoiar o PC soviético e não se deve opor ao PCB, posto que é o único partido comprometido com o comunismo. Com isso, a cúpula do Partido decide interromper as discussões, perdendo muitos de seus quadros.

No ano de 1958 o Partido lança a *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*. Algumas posturas do Partido se mantém, como a que atribui o atraso brasileira ao imperialismo e à estrutura latifundiária e feudal do campo. “É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país.” (PCB, 1958 *apud* NOGUEIRA, 1980: 9). Os desequilíbrios regionais, no que tange ao desenvolvimento econômico e social, são identificados como fruto de resquícios feudais. Quanto ao capital nacional, o Partido faz distinção entre duas

---

<sup>10</sup> O II governo Vargas atuaria em duas frentes: uma primeira etapa seria a do saneamento econômico-financeiro, buscando reduzir a inflação herdada do governo Dutra, através da redução do déficit público e da restrição ao crédito. Em uma segunda etapa, com o apoio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o governo receberia financiamento para resolver seus principais problemas de infra-estrutura. Para um panorama das ações econômicas do segundo governo Vargas: VIANNA, Sérgio Besserman. *Dois tentativas de estabilização: 1951-1954*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. *O pós-guerra (1945-1955)*. In: GIAMBIAGI, Fábio et alli. (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

burguesias: uma nacionalista, preocupada com os interesses do país e, por isso, contrária aos interesses do capital estrangeiro; e uma burguesia entreguista que se alinha aos interesses do capital estrangeiro. A postura conciliatória quanto ao capital nacional, herdada do IV Congresso de 1954, continua. Contudo, a postura de que o capital estrangeiro seria aceito na categoria de indutor do desenvolvimento, não mais é apoiada pelo Partido. Até mesmo a contradição entre a burguesia nacional e o proletariado deve ser momentaneamente superada em prol do desenvolvimento capitalista.

*A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. (idem: 13).*

No V Congresso, realizado em 1960, foram reafirmadas as principais posturas da *Declaração Política* de 1958, afirmando-se que o capitalismo de Estado, de caráter nacional, poderia levar adiante as transformações necessárias para o progresso nacional. A postura quanto ao capital estrangeiro é mantida, acentuando-se os altos serviços dos empréstimos financeiros. “O Brasil sofre a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões directas [sic] de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria.” (PCB, 1960 *apud* NOGUEIRA, 1980: 40). O Partido dá destaque ao problema que o processo inflacionário representa, no sentido de diminuir o salário real e, conseqüentemente, forçar os trabalhadores a horas-extras, que fazem ultrapassar as 8 horas legais de trabalho diário. A postura quanto ao Estado brasileiro é bem clara: o governo JK constitui-se em um Estado de compromisso, tentando conciliar os interesses dos latifundiários, dos capitalistas vinculados ao capital externo e da burguesia comprometida com os interesses nacionais.

O tom conciliatório com a burguesia nacional continua. O único cuidado que o proletariado deve ter ao tratar com a burguesia é o de que a mesma tende, em alguns de seus setores, a tomar uma postura vacilante quanto à reforma agrária. “A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliatórias e antidemocráticas que nelas se manifestam.” (*idem*: 51). O combate ao latifúndio e às relações feudais no campo continua, com destaque para o fato de que a revolução pode ser realizada por vias pacíficas.

O VI Congresso de 1967 reafirma as posições do Congresso de 1960, mas aponta para um erro: a não efetivação do combate ao Estado de compromisso de JK, que deu origem ao golpe de 1964. O Partido irá fazer um balanço do cenário internacional, colocando a importância de buscar a paz e combater os perigos de uma guerra nuclear. Ressalta que o Brasil deve intensificar suas relações com os países socialistas. No contexto econômico, o Partido alerta para o perigo da inflação e afirma que o desenvolvimento econômico brasileiro baseou-se na emissão primária de moeda, o que desencadeou as elevadas taxas do período 1960-65, além de características estruturais não explicitadas no Boletim de 1967. Atenção também é dada à questão dos desequilíbrios regionais, sendo que as regiões mais atrasadas, Norte e Nordeste, são as que concentram um maior contingente populacional. Continua o combate ao capital estrangeiro e o tom conciliatório junto à burguesia nacional, porém com ressalvas. “Sectores [sic] sob a liderança da burguesia procurarão imprimir ao combate contra a ditadura um curso que não tenha como centro a mobilização e a organização de amplas camadas da população e lhes seja mais favorável.” (PCB, 1967 *apud* NOGUEIRA, 1980: 179).

Pudemos perceber como a posição do Partido alterou-se ao longo dos anos 50 e 60 quanto à atuação do capital nacional e do capital estrangeiro. Em 1950, a postura é radical, tanto em relação ao capital nacional, como em relação ao capital estrangeiro, lutando-se pela nacionalização do setor produtivo. Em 1954, o tom é conciliatório quanto ao capital nacional e estrangeiro, excetuando-se o capital norte-americano. Em 1958, o tom continua sendo conciliatório quanto ao capital nacional, mas é de rechaçamento ao capital estrangeiro. Tal postura continuará ao longo dos anos 60, mas matizando o capital nacional, em um setor entreguista e em outro realmente preocupado com os interesses nacionais. Uma constante na posição do Partido foi sempre quanto ao combate ao imperialismo, marcadamente o norte-americano, bem como o combate ao latifúndio e à extinção de relações de natureza feudal no campo.

Nossa visão geral acerca da postura do PCB ao longo dos anos 50 e 60 é reforçada pela posição de Segatto (1989):

*A isto deve ser acrescentado o fato de que a compreensão que o PCB tinha anteriormente da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo no país não foi alterada em sua essência, ou seja, manteve-se a compreensão de que o Brasil continuava a ser um país com um capitalismo atrasado e subdesenvolvido, sendo necessário orientar seu desenvolvimento num sentido nacional e progressista. Porém, para que isso ocorresse, seria preciso resolver suas contradições fundamentais: 1º) entre a nação e o*

*imperialismo e seus agentes internos; 2º) entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra. Por isso, definia a etapa da revolução brasileira como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, a ser realizada por uma frente com base na aliança entre a classe operária, trabalhadores rurais e pequena-burguesia com a burguesia nacional. Essa seria, por sua vez, uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo. (SEGATTO, 1989: 130).*

Tendo analisado os principais documentos do Partido das décadas de 50 e 60, podemos agora expor a visão de dois intelectuais do Partido, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, e ver em que medida os mesmos se aproximam ou se afastam das principais linhas de pensamento do Partido, dando destaque à questão da existência ou não de relações de caráter feudal no campo.

### **As visões de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré**

Alberto Passos Guimarães<sup>11</sup> aponta que durante o processo de colonização no Brasil, o Estado português ainda era feudal. Vê na doação de latifúndios a instauração do feudalismo.

*Para este autor as instituições de doações (as capitânicas hereditárias e as sesmarias) asseguravam aos colonizadores portugueses o “monopólio territorial” de base feudal. No feudalismo colonial, o servo da gleba adquiriu a forma regressiva de escravo, base de toda produção escravista colonial voltada para o mercado mundial. (HIRANO, 1988: 63).*

E nas palavras do próprio Alberto Passos:

*Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Nôvo [sic] Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produção peninsular no século da Descoberta – continuava a ser, por suas características, a ordem de produção feudal. (GUIMARÃES, 1968: 24).*

E critica aqueles que concebem um capitalismo durante o Brasil colonial. “Transplantando para o Brasil o quadro de fenômenos da sociedade portuguesa, foram levados a admitir o mesmo desenvolvimento aqui, sem qualquer interrupção no seu curso.”

---

<sup>11</sup> Para a atuação de Alberto Passos no V Congresso do PCB de 1960 ver: GUIMARÃES, Alberto Passos. A Questão das Etapas da Revolução Brasileira. In: *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8 a 14 de julho de 1960. GUIMARÃES, Alberto Passos. As Três Frentes da Luta de Classes no Campo. In: *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 22 a 28 de julho de 1960 e 28 de julho a 4 de agosto de 1960a. GUIMARÃES, Alberto Passos. Uma Falsificação e Erros Crassos na Questão das Etapas. In: *Novos Rumos*. Rio Janeiro, 5 a 11 de agosto de 1960b.

(*idem*: 21). Alberto Passos classifica um modo de produção a partir dos meios como os homens obtêm sua subsistência. Se a terra é o principal meio, então o regime seria feudal. No lugar do servo da gleba implantou-se o escravo e com isso a produtividade conseguida pelo trabalho livre foi compensada pela alta vigilância sobre o escravo e pela fertilidade do solo. Outro resquício de feudalismo seria a permissão do escravo cultivar a terra uma ou duas vezes por semana e daí extrair produtos para si mesmo. A configuração pré-capitalista também se manifesta no tocante à coação extra-econômica do escravo e pelo fato dos incrementos na produção serem obtidos através da exploração extensiva da terra (incorporação de novas terras).

Como os vaqueiros eram pagos em espécie com  $\frac{1}{4}$  das crias, vê aqui uma relação feudal também presente na pecuária<sup>12</sup>. O café também se apresentava como um monopólio feudal da terra, que podia ser feudal-escravista ou feudal não-escravista. O trabalho livre é identificado com a servidão da terra, que prendia mais o trabalhador à terra do que a própria escravidão, principalmente a servidão por dívidas. Alberto Passos vê também no cambão<sup>13</sup> e na meação<sup>14</sup> relações feudais.

Mas e quanto à produção para o mercado? Alberto Passos vê que a produção para o mercado é uma característica do mercantilismo, ou seja, do caráter comercial da produção e isso não é capitalismo. Para ele há um fundo ideológico quando se afirma que o caráter de nossa colonização foi capitalista, dado que assim dispensa-se qualquer necessidade de reformas no campo. O que se admitia como política agrícola seria o aumento da produtividade através da inovação tecnológica, em caráter evolucionista e não-revolucionário.

A visão de Alberto Passos é criticada por Ciro Flamarion Cardoso, que afirma, com referência aos que concebem como feudal o modo de produção implementado no Brasil: “estes historiadores são, no fundo, muito influenciados pelas semelhanças – superficiais e de

---

<sup>12</sup> A pecuária colonial é caracterizada pela maior eficiência na ocupação interna do Brasil, mais do que as bandeiras de apresamento de índios. Suas relações de trabalho também são distintas das do engenho, dado que se utiliza mão-de-obra livre, principalmente indígena, derrubando o paradigma tradicionalista de que o índio seria avesso ao trabalho. “(..) a forma mesma como se realiza a acumulação de capital na economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro.” (FURTADO, 2003: 63).

<sup>13</sup> “obrigação que têm os pequenos cultivadores, foreiros ou não, de darem um dia de trabalho gratuito por semana ao dono da terra.” (GUIMARÃES, 1968: 193).

<sup>14</sup> “uma relação de trabalho em que o cultivador paga a terra que utiliza (ou é paga pelo cultivo que efetua, conforme se queira interpretar) com uma quantidade de produtos que deveria corresponder (e raramente corresponde) à metade da colheita.” (*idem*: 193-194).

forma alguma ligadas à relações de produção – entre a grande propriedade colonial e o domínio medieval.” (CARDOSO, 1973: 71).

Percebemos como a visão de Alberto Passos está no mesmo diapasão da do PCB, dado que o autor concebe que no Brasil predominam relações feudais de produção no campo, o que requer uma reforma agrária e não a simples incorporação de tecnologia à produção.

Vejamos agora a visão de Nelson Werneck Sodré e em que medida a mesma se posiciona perante a postura do Partido e à de seu colega Alberto Passos.

Sodré coloca que em Portugal não havia modo de produção capitalista, dado que a burguesia não se constituía enquanto classe dominante<sup>15</sup>. O que existiu foi a forte presença de um grupo mercantil.

*A existência desse grupo mercantil, sua inequívoca importância, o papel que desempenhou na unificação e na expansão navegadora permitiu que alguns historiadores o tomassem como burguesia. Nada mais inexato. O grupo mercantil teve papel de relevo, mas Portugal e Espanha eram países feudais, isto é, países em que as relações feudais eram absolutamente predominantes. (SODRÉ, 1967: 15).*

O processo de unificação política nas mãos do rei não deriva de um afrouxamento dos laços feudais, mas da necessidade de se fazer frente à fração leonesa e árabe (SODRÉ, 1971). O afrouxamento dos laços feudais se manifesta pela necessidade de servos na guerra. Mas a servidão em espécie ou dinheiro é substituída pela servidão por sangue. Ademais, familiares continuaram lavrando a terra. Tal fato não comprometeu a dominação feudal, ao contrário, apenas acentuou a mesma, dado que se fortalecem com as doações de terras tomadas dos árabes.

Na exposição de Nelson Werneck (1963) parece que a Coroa opta, dentre outras possibilidades, pela grande propriedade. O autor parece não considerar que tal escolha é fruto das vicissitudes da colonização. Aliás, somente o faz para explicar porque, a partir de toda uma legislação feudal, gerou-se o escravismo no Brasil. Para ele, não fosse a realidade da Colônia, as relações de trabalho seriam puramente feudais.

*A empresa das grandes navegações, as descobertas conseqüentes e o desenvolvimento mercantil pertenceram, pelas suas próprias características, a uma etapa anterior ao capitalismo, a etapa do capital comercial: os dispositivos legais aplicados ao sistema com que se iniciou entre nós, praticamente, a colonização são caracterizadamente feudais. É preciso*

---

<sup>15</sup> Hirano (1989) coloca que aqueles portugueses que se aventuravam no além-mar não eram marinheiros profissionais bem qualificados, mas sim fidalgos, que conseguiam apoio do rei devido à laços de parentesco, não predominando o fator econômico. Daí emana a tese de que o Estado português não era plenamente capitalista quando da colonização.

*considerar, entretanto, a realidade colonial, que se sobrepõe à legislação. Assim, a legislação é feudal, mas a realidade gera o escravismo.* (SODRÉ, 1963: 20).

Sodré coloca que não houve capitalismo colonial, tão pouco feudalismo, dado que a aplicação do feudalismo no Brasil, quando deparado com a nossa realidade, exigiu alterações. A afirmação de que houve capitalismo durante o período colonial, para Nelson Werneck, emana da confusão gerada entre capital comercial e o capital em sua fase propriamente capitalista.

Para o autor, apesar de na agricultura existirem relações escravistas ligadas ao mercado externo, a pecuária permite a existência de relações feudais. Contudo, Sodré não deixa claro os motivos pelos quais compreende a pecuária como sendo de caráter feudal. Deduzimos que talvez seja pelo fato de a produção ser voltada para o mercado interno e de haver pagamento em espécie. Mas tais características não são suficientes para caracterizar tal regime como sendo feudal. “No sertão, surge uma sociedade diferente, com o laço de dependência pessoal nítido entre o servo e o senhor, além do laço econômico da prestação de serviço ou da contribuição em espécie.” (SODRÉ, 1967: 29).

A mineração, quando de seu declínio, também possui características feudais. “A progressiva transformação dos mineradores em criadores de gado e em agricultores de subsistência, é um dos índices do avanço daquelas relações feudais.” (*idem*: 33).

Percebemos que Nelson Werneck concebe a estrutura econômica colonial como possuindo várias relações de produção. Na agricultura as relações são escravistas e ligadas aos interesses do mercado externo – “tal estrutura responde com perfeição às necessidades do desenvolvimento do capital comercial” (SODRÉ, 1963: 29). – já em outras atividades econômicas, como a pecuária e a mineração, as relações predominantes são feudais. Ignácio Rangel<sup>16</sup> (1989) aproxima-se de Nelson Werneck Sodré, quando concebe uma dualidade para a economia brasileira: externamente o Brasil estava vinculado à ordem mundial capitalista através do capital mercantil e internamente, na fazenda, estava ligado à Coroa portuguesa no processo de doação feudal. “O fazendeiro, em suas relações com os trabalhadores, era um senhor de escravos, mas, em suas relações com a Coroa Imperial, era um vassalo, no sentido

---

<sup>16</sup> Rangel também vê na pecuária a existência de relações feudais de produção. Para ele, com a extinção do tráfico negreiro e com a lei de terras, as relações escravistas de produção são substituídas por relações feudais. Assim como Nelson Werneck, não deixa claro os motivos pelos quais caracteriza a pecuária como sendo feudal. Rangel parece enxergar na produção para subsistência/economia de uso a caracterização de uma economia feudal.

medieval do termo, que, paulatinamente, se ia convertendo em comerciante, nas relações com o capital mercantil brasileiro.” (RANGEL, 1989: 215).

Sedi Hirano (1989) também defende a existência de pré-capitalismo no Brasil, ou seja, a mistura de elementos feudais com elementos capitalistas, dado que a mentalidade dos senhores de engenho não era plenamente capitalista – viviam no luxo e eram altamente perdulários.

*(...) se procurou demonstrar que a formação colonial brasileira era pré-capitalista, nela apresentando-se elementos feudais, sendo a própria presença do escravo, na produção mercantil, uma revitalização das instituições já existentes na Antiguidade Clássica e na Idade Média, sem terem sido extintas até o século XVIII.* (HIRANO, 1989: 255)<sup>17</sup>.

Percebemos que Nelson Werneck Sodré compreende a agricultura colonial, como sendo um novo modo de produção, o escravista, despossuída de relações feudais. Já a pecuária e a mineração possuem relações feudais. Mas com a desintegração do regime escravista e adoção do trabalho de imigrantes livres no campo, também a agricultura – o café – tomará feições feudais, com relações como a da meação e do barracão.

*Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente mercantis, estabelecidos sobre a produção escravista. As relações feudais surgiriam mais adiante e caracterizariam a estagnação de grandes áreas territoriais do Brasil.* (SODRÉ, 1963: 84).

Nelson Werneck faz uma análise da realidade brasileira mais elaborada que a de Alberto Passos, apesar de ambos conceberem que Portugal, quando da colonização do Brasil, não era uma nação capitalista, mas sim mercantil. Contudo, Nelson Werneck concebe vários tipos de relações de produção no Brasil. Assim como Alberto Passos, vê na pecuária a existência de relações feudais, mas vai além: também a mineração, quando de sua involução apresentou relações feudais, e a produção voltada para o mercado externo, o grande latifúndio, apresenta relações de produção escravistas. Assim, Nelson Werneck não concebe a realidade brasileira de forma homogênea como o faz Alberto Passos, mas sim como um hibridismo de relações de produção.

---

<sup>17</sup> Hirano força o argumento no sentido de comparar a escravidão colonial com a da Antiguidade Clássica, cometendo grave anacronismo, dado que a escravidão clássica emana da desintegração de comunidades primitivas e não de interesses do capital mercantil.

Nosso último autor a ser analisado é Caio Prado Júnior. Apesar de ter sido militante do PCB, Caio Prado possuía grande independência intelectual<sup>18</sup>, o que o fez contrapor-se a várias posturas do Partido.

### Caio Prado e as posições do PCB

Para Caio Prado, o Brasil é fruto do intento português de buscar rotas alternativas para o Oriente a fim de quebrar com o monopólio italiano do comércio no Mediterrâneo.

*A expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países.* (PRADO JR., 1986: 21).

Sendo assim, a colonização brasileira é fruto da transição feudo-capitalista na Europa, onde a mesma já está construindo as bases do capitalismo moderno. Desta forma, o Estado português não se encontrava dentro da ordem feudal, como o era para Alberto Passos, mas sim estava no bojo do capitalismo comercial. Fernando Novais deixa claro que a expansão comercial europeia é fruto da evolução do capitalismo mercantil e não de alguma suposta ordem feudal, endossando a visão de Caio Prado. “Expansão comercial europeia [sic] é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal capitalista.” (NOVAIS, 1986: 20).

Após a chegada dos portugueses ao Brasil, Portugal somente volta-se para as novas terras descobertas quando outros povos começam a investir contra o território. Daí surge a necessidade de ocupação das novas terras. Como a Europa já rumava para o capitalismo industrial, estando ainda em sua fase comercial, onde ainda a comercialização dominava a produção, não faria sentido que aqui no Brasil fosse implantado relações feudais, apesar de frustradas tentativas. Ilustrativo disto foi o sistema de capitânicas hereditárias, que, tentando passar à iniciativa privada os riscos da colonização, “foi em principio caracteristicamente feudal.” (PRADO JR., 1977: 15). Feudal porque vedava aos donatários qualquer direito sobre

---

<sup>18</sup> A independência intelectual de Caio Prado Júnior se deve ao fato da vida universitária não estar consolidada no país. Por isso, tornou-se empresário de sua própria obra, no sentido material e social. “Os autores de *Evolução Política do Brasil*, *Raízes do Brasil* e *Casa-Grande & Senzala* trabalhavam por conta própria, não tendo então quaisquer laços com a instituição universitária, empresários de suas obras na acepção literal do termo, e ainda bastante marcados pelos procedimentos da fatura ensaística.” (MICELI, 1989: 102).

a terra – posse de no máximo 10 léguas de terra. Contudo, “este ensaio de feudalismo não vingou.” (*ibidem*). A Coroa então resgata as capitanias doadas e passa ao sistema de sesmarias, que somente exigia do dono da terra o pagamento da dízima da Ordem de Cristo e algumas restrições, mas “não comporta, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra. As terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço algum de dependência pessoal”. (*idem*: 16).

Depois de ocupada a terra, a outra questão que se coloca é o da exploração econômica da mesma. Dado que, em um primeiro momento, não se encontrou metais preciosos no território português, conforme ocorrera com os espanhóis, como fazer com que estas novas terras dêem lucro?

A montagem da estrutura econômica da Colônia tem muito haver com o clima tropical da mesma. Aqui não interessava ao colono vir apenas como trabalhador, dado que em Portugal a escassez populacional era grande. O colono somente virá para estas incólumes terras como empresário. Nosso caso será adverso das regiões temperadas, onde a colonização se dará por motivos político-religiosos, servindo de escoadouro aos conflitos na Europa e sendo fruto da política de cercamentos na Inglaterra. Querendo o colono apenas reproduzir seu estilo de vida europeu em pequena propriedade. Aqui na Colônia a pequena propriedade não poderia responder aos interesses metropolitanos, dado que Portugal procurava estabelecer na Colônia uma exploração econômica extremamente lucrativa e com grande aceitação no mercado europeu. Para tanto, a cana de açúcar mostrou-se ideal, por sua adaptação ao clima.

Tendo-se resolvido a questão do gênero que seria produzido na Colônia, a questão que surge é quanto ao regime de trabalho da mesma e à extensão da propriedade. A pequena propriedade não poderia ser implantada, dado a escassez populacional do Reino. Então, implantam-se a grande propriedade e, como o colono somente vem como empresário da produção e não para trabalhar, o trabalho compulsório, do negro africano<sup>19</sup>.

Isto é o que Caio Prado convencionou chamar de “sentido da colonização”<sup>20</sup>. Seu instrumental analítico de análise, onde a colônia estabeleceu-se apenas para fornecer gêneros

<sup>19</sup> De início tenta-se escravizar o índio. Mas como este possui características nômades, é difícil que se adapte à agricultura. O escravo negro é a melhor opção, dado que Portugal já tinha experiência com o tráfico de negros, posto que em Portugal havia grande número de escravos que foram trazidos para suprir a escassez populacional. Ademais, os negros já eram utilizados nas colônias das Ilhas do Atlântico.

<sup>20</sup> Jacob Gorender vê na caracterização da Colônia como possuindo predominantemente uma função externa, uma forte característica teleológica, com “a desobstrução metodológica impondo a inversão radical do enfoque. (GORENDER, 1978: 26). Portanto, “as relações de produção da economia colonial precisariam ser estruturadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito.” (*ibidem*).

ao comércio europeu com o maior lucro possível<sup>21</sup>. A ocupação econômica da terra se dá então para servir ao mercado externo, é uma economia voltada para a troca e não para o uso como no regime feudal.

Por isso a doação de terras irá obedecer puramente à critérios econômicos e não de sangue como no feudalismo. O critério será se o colono pode ocupar a terra e desenvolver nela atividade econômica. “Assim, a seleção dos proprietários da colônia subordinou-se afinal, unicamente, às possibilidades materiais e à habilidade própria com que cada um contava para aproveitar e valorizar as terras que recebia ou que simplesmente ocupava sem título legal algum.” (PRADO JR., 1977: 17). Portanto, não há, como no feudalismo, a predominância dos aspectos político-jurídicos sobre os econômicos, mas sim a predominância destes últimos.

O regime de trabalho implantado e que poderia dar maiores lucros era o escravo<sup>22</sup>. Alguns enxergam no direito do escravo de cultivar sua própria terra, uma ou duas vezes por semana, *mutatis mutandi*, um privilégio feudal, assim como o servo da gleba também podia ter sua própria plantação, devendo pagar ao senhor feudal uma parcela da produção obtida. Tal interpretação não procede, dado que o escravo tira daí os gêneros de sua subsistência, sem ter que nada dar ao senhor de engenho, ao passo que o servo da gleba não tira daí sua subsistência, mas sim meios de troca, podendo ir ao mercado e adquirir outros produtos. Ademais, a relação entre o senhor feudal e o servo é de caráter político-jurídica, ao passo que a relação do escravo com o senhor de engenho é puramente econômica, onde o primeiro não passa de um *instrumenta vocalia*. Não há vínculos de fidelidade entre o escravo e o senhor de engenho, o escravo é apenas uma mercadoria, a mercadoria força de trabalho, não podendo vendê-la, como no caso do trabalhador assalariado, dado que ele é a própria força de trabalho.

A tese feudal ainda ganha força mesmo quando da extinção do trabalho escravo e implantação do trabalho livre, dado que os autores ligados ao PCB vêem no barracão e no pagamento *in natura* resquícios feudais. A obrigação de comprar-se exclusivamente no

---

<sup>21</sup> “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira”. (PRADO JR., 1986: 32).

<sup>22</sup> Alguns autores vêem no sistema colonial brasileiro um novo modo de produção, que não é nem o feudal, tão pouco o capitalista. É o chamado modo de produção escravista colonial. Para tanto ver a tese de GORENDER, Jacob. *Escravidão Colonial*. São Paulo: Ática, 1978. Caio Prado Júnior evita utilizar o conceito de modo de produção, preferindo falar em formação econômico-social, dado que este conceito aborda as várias realidades econômicas presentes no Brasil-Colônia.

armazém da fazenda – “barracão” – nada tem de feudal, dado que no regime feudal não encontramos coisa semelhante, posto que o trabalho não é assalariado e o servo não vai ao mercado para comprar, mas sim para trocar mercadorias. Quanto ao pagamento *in natura*, ele é apenas de ordem circunstancial e não político-jurídico como no feudalismo.

*(...) certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. (PRADO JR., 1981: 66).*

Os pagamentos *in natura* são boas formas de se driblar a armadilha inflacionária. A postura de 1954 do PCB, que propugnava eliminar os pagamentos *in natura*, demonstrava ser de um puro desconhecimento da realidade brasileira, dado que com a alta inflacionária o trabalhador iria perder poder de compra com o pagamento monetário. O documento de 1954, portanto, passa ao largo da principal questão que é a dos salários no campo e não a posse da terra pelo trabalhador, dado que o mesmo busca um melhoramento de suas condições de vida e não, como o camponês feudal, a propriedade da terra.

Alguns trechos de textos de Caio Prado Júnior, aparentemente, podem servir para “incriminá-lo” de aderente à tese feudal: “(...) relações de trabalho que pouco se distinguem da servidão da gleba, como a desses trabalhadores rurais presos por dívidas a seus patrões, e por isso completamente à mercê deles.” (PRADO JR., 1982: 181). Referindo-se ao trabalho do imigrante livre. “Ao pioneirismo acrescenta-se assim o escravismo e feudalismo. A Europa medieval também se acha representada entre nós por esse artesanato primitivo que se difunde por toda parte e que não está ausente nem mesmo em importantes centros urbanos.” (*ibidem*). Referindo-se à forma tomada pelo artesanato urbano na Colônia. Na verdade, feita uma coerente exegese, o que se percebe é que Caio Prado utiliza-se do termo “feudal” para fazer referência à formas retrógradas de organização social e de formas de trabalho extremamente exploratórias.

A proposta de Caio Prado Júnior para uma revolução brasileira não é como a do PCB de superação de resquícios feudais. Até mesmo porque a superação de supostos resquícios feudais pressuporia a pré-existência de um modo de produção feudal.

*O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que*

*se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado.* (PRADO JR., 1977b).

Na verdade a proposta de Caio Prado é a da eliminação dos resquícios e das estruturas da escravidão, dado que tais fatores ainda permaneciam como travas ao desenvolvimento econômico brasileiro.

*O que existe e tem servido de exemplificação e comprovação do “feudalismo” brasileiro, são remanescentes de relações escravistas [sic], o que é bem diferente, tanto no que respeita à natureza institucional dessas relações, como, e mais ainda, no que se refere às conseqüências de ordem econômica, social e política daí decorrentes.* (idem: 104).

A proposta de revolução brasileira de Caio Prado baseia-se na via “não-clássica” para se chegar ao capitalismo<sup>23</sup>. Esta proposta constitui-se em verdadeira inovação, mas não isenta Caio Prado de alguma crítica, posto que ele passa ao largo de uma importante questão que é a democracia popular; a participação popular na revolução<sup>24</sup>. Assim,

*Ao limitar os objetivos atuais da “revolução brasileira” à modificações das relações trabalhistas no campo e à “libertação nacional” em face do imperialismo, Caio Prado pagou um tributo às concepções terceiro-internacionalistas da democracia, que minimizam os aspectos especificamente políticos desta última em favor de seus pressupostos econômicos e sociais.* (COUTINHO, 1989: 130).

Outro erro apontado por críticos de Caio Prado, foi o de não reconhecer no processo de industrialização pós-1930 uma modernização da economia brasileira, colocando que nossa estrutura econômica pouco havia mudado quando comparada à estrutura colonial. “Já foi observado que o autor se recusava a reconhecer o avanço do capitalismo industrial brasileiro do pós-30 e era avesso a conferir importância à fase desenvolvimentista da ‘internacionalização do mercado interno.’ [sic]” (SANTOS, 2001: 21). Alguns vêem esta relutância de Caio Prado em reconhecer a modernização do país, no uso que o mesmo faz da

---

<sup>23</sup> Lênin concebe duas vias para se chegar ao capitalismo: a via que chamou de “clássica”, onde os elementos do antigo sistema são completamente destruídos e se implanta um regime capitalista de pequena propriedade e trabalho assalariado; e a via “não-clássica” ou prussiana, onde a transformação ainda conserva elementos do antigo sistema, como a grande propriedade.

<sup>24</sup> O trabalho de Iumatti (1998) aponta para o fato de Caio Prado ter sim se preocupado com a participação popular na revolução, demarcando o ano de 1930 como crucial neste processo. “Obviamente, para Caio Prado Júnior o problema político da participação popular (...) não havia sido resolvido pela revolução de 30. No entanto (...) esta marcava em sua visão o começo de um período em que teria ocorrido uma das maiores transformações sociais já operadas no Brasil: a ascensão das classes populares, da sua consciência política e das suas aspirações e reivindicações [sic]. (IMUMATTI, 1998: 185).

teoria marxista<sup>25</sup>, sendo que a ênfase é sobre a circulação, como categoria definidora do capitalismo<sup>26</sup>. (BRESSER PEREIRA, 1989).

*Este mesmo intérprete diz ainda que, se tal marxismo circulacionista lhe havia permitido elaborar, naquela hora juvenil, a teoria 'definitiva' do Brasil Colônia, a ênfase no atraso a que ele induzia não deixara, depois, o historiador divisar a diferenciação entre capital mercantil e capital industrial, segundo as lições do Capítulo Sexto Inédito de Marx, ficando desaparelhado para reconhecer o processo de constituição da ordem burguesa-industrial especificamente capitalista, nunca mais se afastando da imagem sombria de Brasil. (SANTOS, 2001: 22).*

Ainda dentro de sua proposta de revolução brasileira, Caio Prado, assim como o PCB, considera o latifúndio e o imperialismo como os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro. Contudo, o tratamento dado ao problema é distinto do proposto pelo PCB. Para Caio Prado, a questão agrária é a “responsável principal, sem dúvida, pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira.” (PRADO Jr., 1976: 334). Mas a resolução para o problema do latifúndio, não é a divisão da terra em pequenas propriedades, mas sim a expansão da legislação trabalhista para o campo<sup>27</sup>. Quanto ao imperialismo, Caio Prado consegue depreender do mesmo sua face positiva: “um grande estímulo para a vida econômica do país, entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo.”, realizando na economia brasileira muito de seus progressos. “Com ele vêm o espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos.” (PRADO JR., 1947: 4). Mas coloca-se contra o capital financeiro de empresas subsidiárias, mantendo simpatia pela técnica e equipamentos que o capital estrangeiro traz.

O fato de Caio Prado ter destacado a face benéfica do capital estrangeiro, obviamente, não o isentou de críticas, mesmo a posição do Partido em 1954 tendo sido a favor do capital estrangeiro – exceto o norte-americano – como indutor do desenvolvimento econômico. “Negar, sem provar, a existência de restos feudais em nossa economia e dizer que o

---

<sup>25</sup> Sobre o pioneirismo de Caio Prado ao adotar uma perspectiva marxista não esquemática ver: RICUPERO, BERNARDO. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34/FAPESP, 2000.

<sup>26</sup> Para uma crítica da análise caiopradiana centrada no caráter mercantil das atividades econômicas coloniais, ver: REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. A reconstrução crítica do sonho de emancipação nacional e autonomia nacional. In: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

<sup>27</sup> A questão agrária tem papel central em toda obra de Caio Prado Júnior, conforme: DIEHL, Astor Antônio. Caio Prado Júnior: as idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luís (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

imperialismo foi fator de progresso no Brasil é clara manifestação do que se chama ideologia estranha ao proletariado, infiltrada no partido.” (MARTINS, 1947: 3).

Sinteticamente, vejamos quais foram as posições de Caio Prado Júnior, durante os principais Congressos do PCB que participou. Para o IV Congresso do Partido, ocorrido em 1954, o foco de Caio Prado será o de combater a tese feudal, afirmando que a grande estrutura produtiva do período colonial – a fazenda – assemelhasse mais à fazenda de escravos romana, do que ao domínio feudal (SANTOS, 2001).

Em 1960, Caio Prado escreveu sete textos para a tribuna de debates do V Congresso. Em um deles, Caio Prado irá colocar como principal instrumento de política agrária, a tributação e não a distribuição de terras em pequena propriedade (campesinismo) conforme preconizava o PCB. Com a tributação, segundo Caio, atinge-se o principal alvo da política agrária: o assalariado e semi-assalariado. A quebra da isenção fiscal e o imposto territorial seriam mecanismos perenes de ampliação do acesso à terra, sem a necessidade de conflitos ou ação do poder público. Para Caio Prado, a questão não é a grande propriedade, mas sim fazer-se um uso capitalista da grande empresa agrícola.

Como se sabe, *A Revolução Brasileira*, obra de 1966, é dedicada ao VI Congresso de 1967. Nela,

*se voltava para a teoria pecebista naquilo que Caio Prado Jr. via de mais danoso: de um lado, o agrarismo campesinista, e, de outro, a política de frente única à Oriente, ao modo da revolução de libertação nacional dos países asiáticos. Segundo o historiador, essas marcas continuavam conferindo à política comunista caráter “improvisado”, como aquele erratismo que ele vivera em 1945 e sobre o qual novamente tornara a alertar, às vésperas de 1964, nos últimos textos que escreveria para a Revista Brasiliense. (SANTOS, 2001: 27).*

Mesmo recebendo fortes críticas, Caio Prado permaneceu no Partido. Isso ocorreu pelo fato de nunca ter pretendido criar frações internas, bem como nunca ter pertencido à direção do Partido. Desta forma, ele e o PCB chegaram a uma solução de acomodação.

### **Algumas reflexões finais**

Ao expormos as visões de Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior acerca de nosso passado colonial, não pretendemos tomar partido de nenhum dos autores, mas sim elucidar os motivos pelos quais os referenciados autores chegaram às suas respectivas conclusões. No caso de Caio Prado Júnior, vimos que a questão possui forte

vinculação com a apropriação que o autor fez da teoria marxista, procurando rebater as teses do PCB; do ponto de vista historiográfico,

*(...) a discussão feudalismo x capitalismo em Caio Prado Junior não é um acidente de percurso, mera questão de incompatibilidade política com uma linha partidária. É o próprio centro de sua obra, pois é questão de método e de prática política. Sua abordagem capitalista da colonização não foi inovação tópica na década de 30, mas fruto da problemática do imperialismo e de enfoque marxista preciso, onde o materialismo histórico, profundamente compreendido, permitiu uma análise globalizante e geral, mas flexível e inclusiva, porque dialética. (FERLINI, 1989: 234).*

Em se tratando de Alberto Passos e Nelson Werneck, a questão se resume, grosso modo, às suas concepções de feudalismo, mercantilismo e capitalismo, vinculados à realidade brasileira – sempre demarcando que a análise de Nelson Werneck, como vimos, possui caráter mais refinado.

Se por exemplo, concebermos que o capitalismo se caracteriza basicamente pela dissolução entre o trabalhador e seus meios de produção, ou seja, a proletarização completa do primeiro poderíamos afirmar que no Brasil colonial não tivemos capitalismo, dado que o escravo não é livre, e por isso, não tem como vender sua força de trabalho, posto que ele é o próprio meio de produção. Tampouco podemos caracterizá-lo como sendo feudal, dado que o escravo não possui terra alguma e o motivo de sua existência não tem nada que fazer com estatutos político-jurídicos, mas sim puramente econômicos. Deste modo estariam certos aqueles que concebem um novo modo de produção: o modo de produção escravista colonial, caso da perspectiva de Jacob Gorender.

Se considerarmos, por outro lado, que o feudalismo se caracteriza basicamente como uma economia de uso, voltada para mera subsistência e sem trocas com o mercado, parte de nossas atividades coloniais seriam feudais, como a pecuária, por exemplo. Esta postura se reforça com o cambão, a meação e o barracão.

Em uma perspectiva que alguns acusam de teleológica, podemos também conceber que nossa colonização estava no bojo do desenvolvimento capitalista europeu e que em Portugal havia a predominância do capitalismo comercial e não do feudalismo, onde a nobreza perdia cada vez mais espaço para a classe mercantil. O rei se apoiou na classe mercantil para suprimir o poder da nobreza, portanto a classe predominante em Portugal seria a classe mercantil. E mesmo que não possamos chamar de capitalismo propriamente dito o que ocorria em Portugal, mas de capitalismo comercial, de qualquer forma, esta é uma etapa do capitalismo, assim como o capitalismo industrial, monopolista e financeiro. O Brasil então

seria um instrumento para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, podendo aqui ser implementada qualquer estrutura econômica, contanto que servisse aos objetivos da acumulação de capital na Europa. O que emergiu de nossas condições e que obedecia a tais objetivos foi o sistema de produção em grande propriedade, monocultura e com mão de obra escrava, sendo a produção completamente voltada para o mercado externo. Algo de novo surge aqui e que não nos permite enquadrá-lo no sistema ortodoxo marxista, mas sim, a partir da realidade, analisar o que aconteceu. É o que propõe os que aqui concebem um capitalismo desde o período colonial.

Portanto, dependendo do referencial teórico e das principais categorias adotadas, podemos conceber o Brasil do período colonial como sendo feudal, semifeudal, capitalista, ou ainda, como pertencente a um novo modo de produção – o escravista colonial – por apresentar algo de inédito na história econômica mundial.

Para além da historiografia, a ação política de alguns grupos, como a do PCB, somente pode ser compreendida no âmbito do debate da configuração da realidade brasileira; a ação dos grupos políticos é e foi orientada por sua leitura da realidade brasileira. Portanto, para compreendermos porque ao longo de nossa história foram adotadas certas posturas políticas, temos que ter conhecimento da leitura que tais grupos políticos fizeram da realidade brasileira. A aliança com JK, por exemplo, somente pode ser compreendida dentro de um período em que o Partido acreditou na existência de uma burguesia nacional comprometida com a industrialização do país e com a ampliação do mercado interno, combatendo o latifúndio e o imperialismo.

É também a partir das concepções desenvolvidas pelo PCB, como Partido de vanguarda da esquerda brasileira, que podemos compreender a ação política de alguns grupos como o MST, por exemplo, dado que lutam pela reforma agrária no sentido da formação de pequenas propriedades. Tal posicionamento político ocorre, dado que a leitura que o Partido fez da realidade agrária brasileira é a de que o latifúndio se constituía em empecilho ao desenvolvimento capitalista.

## **Bibliografia**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. De Volta ao Capital Mercantil: Caio Prado Jr. e a Crise da Nova República. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal*. São Paulo: Edunesp, 1989.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Observações sobre o 'dossier' preparatório da discussão sobre o modo de produção feudal. In: C. E. R. M. (org.). *Sobre o Feudalismo*. Lisboa: Estampa editorial, 1973.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via "não-clássica" para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal*. São Paulo: Edunesp, 1989.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. A Fidelidade à História. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal*. São Paulo: Edunesp, 1989.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- HIRANO, Sedi. A Face Pré-capitalista. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal*. São Paulo: Edunesp, 1989.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LÊNIN. *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. São Paulo: Livramento, S. d.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: SZMRECSÁNY, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, Ivan Pedro. Sobre um artigo do camarada Caio Prado Jr. In: *A Classe Operária*, 04/05/1947.
- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1989.
- NOVAIS, Fernando Antonio. Caio Prado Jr. Na historiografia brasileira. In: ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B.; MORAES, Reginaldo (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1977.
- RANGEL, Ignácio. Feudalismo e Propriedade Fundiária. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal*. São Paulo: Edunesp, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. tomo III, v.10.
- PCB. IV Congresso do P.C.B. (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: CARONE, Edgard. *O PCB*. Vol. II. São Paulo: Difel, 1982.
- PCB. Manifesto de Agosto de 1950. In: CHACON, Vamireh. *História dos Partidos brasileiros*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.
- PCB. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro (1958). In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política. Documentos (1958/78)*. São Paulo: Lech, 1980.
- PCB. Resolução política do V Congresso (1960). In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política. Documentos (1958/78)*. São Paulo: Lech, 1980.

- PCB. Informe de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso do PCB (1967). In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política. Documentos (1958/78)*. São Paulo: Lech, 1980.
- PRADO JR., Caio. Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira. In: *A Classe Operária*, 19/02/1947.
- PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977a.
- PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JR., Caio. Diretrizes para uma política econômica brasileira. In: IGLÉSIAS, Francisco (org.). *Caio Prado Júnior*. São Paulo: Ática, 1982.
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1963.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão. A Luta por um Partido de Massas: 1922-74*. São Paulo: Hucitec, 1982.